

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF Nº 16.590.234/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Arezzo&Co continua consolidando sua posição de liderança no mercado de calçados, bolsas e acessórios de moda feminina através de sua estratégia multimarca e multinacional, amparada por um modelo de negócios asset-light e com foco em equipes de alta performance, que juntos permitem maior resiliência em momentos desafiadores e também resposta rápida em períodos de expansão da economia.

O ano de 2017 foi marcado pelo expressivo crescimento de 19,3% do nosso canal de webcommerce, que passou a representar 8,5% do faturamento da Companhia no mercado interno. Adicionalmente, iniciamos nossa jornada de transformação digital - processo que começa com pessoas motivadas e iniciativas - e não apenas tecnologia. O impulso para uma transformação autêntica e sólida nasce na necessidade dos consumidores, somadas a uma missão, princípios e valores que inspiram os nossos colaboradores. Além disso, a experiência do cliente é cada vez mais relevante em seu processo de decisão - e tal experiência se inicia antes mesmo do momento de compra, o que reforça a importância de sermos cada vez mais um player OMNICHannel.

Acreditamos que ao investir em inovação, nós desenvolvemos iniciativas e projetos ágeis para antecipar o futuro, trazendo novas soluções e avenidas de crescimento. Como consequência, no ano passado, estruturamos o HUB 2154, que concentra os pilares de CRM (Valorizza), Estratégia e Inovação. Temos como o foco difundir a cultura de inovação em toda a Arezzo&Co, trazendo mais velocidade e integração entre as áreas do negócio.

Adicionalmente, em complemento a essas iniciativas, em Fevereiro/18, a Arezzo&Co realizou o Digital Day, evento interno que contou com renomados palestrantes do universo digital e tecnológico, levando a nossos líderes e Conselho de Administração informações imprescindíveis na execução da nossa transformação digital. Acreditamos que ela chegará de forma disruptiva em todos os setores – inclusive no varejo - e temos convicção que estaremos preparados. O direcionamento da área de Relações com Investidores reforça a estratégia da Companhia de dinamismo, diligência e transparência. A Administração recebeu ao longo do ano em suas lojas, escritórios e showrooms centenas de investidores e analistas, bem como participou de painéis e conferências nacionais e internacionais. Em dezembro, foi realizada a 7ª edição do Arezzo&Co's Investor Day em São Paulo, que contou com mais de 180 participantes e trouxe para a comunidade de investidores e analistas um aprofundamento de nossas principais iniciativas estratégicas, além de proporcionar importantes momentos de interação com os executivos da companhia.

Em 2017, a Companhia superou o patamar de 12 milhões de pares de calçados e 1,2 milhão de bolsas vendidas, resultando em aumento de 8,0% da receita bruta, destacando-se os canais Web Commerce, Multimarcas e Franquias, com aumento de receita de 19,3%, 13,2% e 9,0%, respectivamente. No mercado interno houve crescimento de 8,7% do faturamento com a abertura líquida de 53 lojas, com algumas às ampliações, adicionaram 2.383 m² de área de vendas. Devido a estratégia da Companhia de focar cada vez mais no sell-out, com um mix cada vez mais assertivo com maior proporção das vendas a full-price, o SSS sell-out de Franquias, Lojas Próprias e Web Commerce cresceu 3,9%, ante 2016.

A Companhia mantém o investimento em opções de crescimento de curto, médio e longo prazo. Entre as iniciativas de crescimento no ano de 2017 destacam-se: (i) o lançamento do projeto light de franquias para a marca Arezzo, (ii) o desenvolvimento da operação nos Estados Unidos, (iii) a aceleração da expansão da marca Alexandre Birman, (iii) a criação de um novo conceito de loja para marca Schutz, (iv) o amadurecimento da marca Fiever junto aos seus consumidores. Destaca-se também, o constante aperfeiçoamento de nosso CRM, que expandiu sua atuação para todas as marcas do grupo em 2017. No período, reativamos o dobro de clientes em relação à 2016 e influenciamos mais da metade do sell out.

A marca Arezzo, que representa 57,3% do faturamento da Companhia no mercado interno, vem consolidando sua liderança de mercado, obtendo crescimento de 8,7% versus 2016, e abrindo novas avenidas de crescimento através do desenvolvimento do projeto light de Franquias, focado em cidades com menos de 250 mil habitantes. Entre as principais adaptações ao modelo de loja tradicional estão (i) o mix mais enxuto de produtos, (ii) a redução no espaço de loja e (iii) maior integração OMNI. A marca finalizou o ano com 9 lojas do novo formato possibilitando assim uma nova via de expansão para a Arezzo. O bom resultado da marca é também fruto do contínuo investimento em comunicação - estrelado novamente pela modelo brasileira de maior destaque internacional Gisele Bündchen - além do trabalho cada vez mais integrado em mídias online e CRM.

O segundo ano do Webcommerce Arezzo foi de avanços importantes e consolidação do mesmo como importante canal de vendas para a marca, atingindo 6,8% de seu faturamento no mercado interno. Vale lembrar que a estratégia da Companhia para este canal é ser uma plataforma que alavanque também as vendas das lojas físicas, aplicando o conceito OMNI de coexistência e potencialização dos canais.

A Schutz continua solidificando seu posicionamento de marca high-end ousada e lançadora de tendências. O final de 2017 foi marcado pela reformulação do conceito de loja da marca, trazendo experiência diferenciada e inovadora através do (i) uso de tecnologias com leitor de RFID e Touch TV garantindo integração com o canal online, (ii) novo projeto arquitetônico com conceito mais acolhedor e sensação de “estar em casa”, proporcionando mais conforto às consumidoras durante o período de permanência na loja, inclusive durante o check-out, (iii) mix de produtos revisado com uma coleção exclusiva para o perfil de cada uma das lojas. A marca inaugurou a primeira loja no novo formato em Dezembro/17 no Shopping Iguatemi SP, a segunda em Janeiro/2018, na sua flagship da Oscar Freire, e a terceira em Fevereiro/2018, na sua flagship na Madison Ave em Nova York. A Companhia prevê como próximos passos o desdobramento e adaptação do novo conceito para as demais lojas próprias (Brasil e Estados Unidos), com posterior adoção pela rede de fraqueados.

A marca Schutz manteve patamar de faturamento similar ao ano de 2017, com receita de R\$554,7, milhões (-0,2% em relação a 2016), representando 33% do faturamento consolidado da companhia. Em 2017 vale destacar o crescimento da categoria bolsas, que é core para a marca e ultrapassou o patamar de 24% do sell-out. Além disso, o canal de franquias foi destaque positivo no trimestre, com crescimento de 9,6% devida a abertura líquida de 6 lojas no ano.

A operação dos EUA deu importantes passos em 2017 com o fortalecimento de sua estrutura corporativa, contratação de novos executivos e a retomada da parceria com importantes lojas de departamento, como Nordstrom e Bloomingdale's. Os planos para 2018 incluem a maturação do canal de varejo no país - atualmente representado por 2 flagship stores na Califórnia e em NY - através da abertura de mais lojas, com objetivo de se fortalecer neste importante canal, visando a rentabilidade. Além disso, a Companhia continua confiante com a performance de seus outros canais – Wholesale e E-Commerce - que cada vez mais ganham relevância e solidez no mercado americano.

A Anacapri continuou seu processo de forte expansão em território nacional, com consolidação do posicionamento de marca jovem, descomplicada, acessível e focada em calçados flats. A marca cresceu 31,8% no ano e representatividade de 10,3% no faturamento da Companhia. Todos os canais da marca tiveram boa performance em 2017, com destaque para o canal de franquias com crescimento de 39,3% e canal de web commerce com crescimento de 38,9%. Tal performance reflete a abertura de 33 lojas no ano, um mix de produtos bastante assertivo, P&D e sourcing mais simplificados, com maior agilidade na criação e reposição, além de maior representatividade dos itens atemporais de reposição automática nas lojas. Por fim, a manutenção da atriz Isis Valverde como garota propaganda nas campanhas tem sido fator positivo, dada a identificação da atriz com o público alvo de consumidoras da marca.

A marca Alexandre Birman, impulsionada pelo seu ganho de brand awareness em território nacional e acelerada expansão internacional, cresceu 30,3% ano de 2017 e representou 22,0% do faturamento do mercado externo da Companhia. Como destaques em 2017, a marca abriu sua primeira loja flagship no Rio de Janeiro, lançou seu web commerce nacional e foi reconhecida pela Fashion Footwear Association of New York (“FFANY”) com o prêmio “Designer of the Year” nos Estados Unidos, onde já possui uma presença consolidada como marca de luxo. Além disso, vale destacar a crescente presença nas principais lojas de departamento da Europa e expansão do seu brand awareness neste mercado. Em 2018, a marca pretende consolidar esses passos ao inaugurar seu showrrom na Europa, em Milão, bem como sua primeira loja flagship nos Estados Unidos, na Madison Avenue em NY.

A marca Fiever teve um ano de reforço de posicionamento de marca com a categoria de tênis e investimento em novas construções deste tipo de calçado. A marca encerrou o ano com ótima performance, duplicando suas vendas em relação à 2016 e com destaque para a abertura de sua quarta loja própria e a ampliação de sua carteira de clientes multimarcas. Para 2018 a expectativa é de expansão contínua de brand awareness, bem como o término do processo de formatação de seu canal de franquia.

Em fevereiro de 2018 lançamos a sexta marca de nosso portfólio, a OWME - que surgiu após quase um ano de pesquisas quantitativas e qualitativas. A marca conta com estilo atemporal e busca atender uma demanda crescente das consumidoras por sapatos confortáveis, mas bonitos para todas as ocasiões de uso. Com a OWME, visamos atender mulheres das classes AB1, acima de 35 anos. O conceito chava da marca, Wellness, nasceu da ideia de simplificar o dia a dia das mulheres urbanas e autênticas, autoconfiantes e donas de si mesmas (“Own” + “Me”). Entre os diferenciais de produto estão as palmilhas elásticas, saltos mais grossos e estáveis, forros que garantem melhor respiro à pele, além de solas antiderrapantes e flexíveis, reforçando a segurança.

Um dos pilares centrais da estratégia da Companhia são pessoas capacitadas, motivadas e engajadas. Por isso, várias iniciativas de desenvolvimento de talentos foram reforçadas no ano, como o Team Building e Off Site para líderes, os programas de estágio e trainee e o Trend&Co - programa com foco no desenvolvimento de talentos na área de estilo.

O ano de 2017 também foi marcado por uma transição importante em nosso Conselho de Administração, com a saída do sócio fundador Anderson Birman da posição de Chairman. Essa foi mais uma etapa na estratégia de manter a companhia sintonizada com os novos tempos e o desejo de Anderson de perpetuá-la em trajetória de crescimento sustentável. Adicionalmente, visando uma evolução de nossa estrutura organizacional, o número de reportes diretos ao CEO foi reduzido, visando maior eficiência para atingimento de objetivos de longo prazo.

Na Arezzo&Co, uma meta atingida nada mais é do que a base para a próxima. Assim, mantêm-se a motivação e a confiança em relação às perspectivas de 2018 e rumo a 2154.

A ADMINISTRAÇÃO

2. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Sobre a Arezzo&Co

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. Acumulando 44 anos de história, comercializa atualmente mais de 12 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui seis importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e OWME

Suas linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.

A estratégia multinacional permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de lojas próprias, franquias, multimarcas e web commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas são comercializados também em lojas próprias, franquias, multimarcas, web commerce e lojas de departamento.

A Companhia encerrou o 2017 em 563 franquias, 48 lojas próprias e em 2.288 lojas multimarcas no Brasil.

AREZZO

Fundada em 1972, a marca, além de ocupar a primeira citação de lembrança (Top of Mind) dos consumidores no setor de calçados femininos brasileiro, está entre as preferidas neste segmento e é uma das mais consumidas no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo e satisfação do consumidor. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas, jornais e sites do país como modelo fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz investe significativamente em pesquisas de tendências, desenvolvimento de material e tecnologia para a criação do seu portfólio. Sua missão é oferecer ao seu público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão.

O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea que causa efeito, que é irrevocante e tem estilo próprio. Convida a ousar, a buscar o diferente, a desafiar o que é consenso.

ANACAPRI

A Anacapri, marca especializada em flats do Grupo Arezzo&Co, nasceu em 2008 com o objetivo de descomplicar a vida de suas consumidoras com uma moda versátil e cheia de personalidade, sem abrir mão do conforto. São diversos modelos e cores por ano, apresentados em três grandes coleções e edições limitadas.

BIRMAN

A marca Alexandre Birman é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo em diversas regiões do mundo, tais como: América do Norte, Europa e Ásia. A marca é demarcada pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior e conferiu a Alexandre Birman o prêmio Vivian Infantino Emerging Talent Award, como o talento na criação de sapatos do ano de 2009 (prêmio é reconhecido como o Oscar da Indústria Internacional de sapatos).

FEVER

Uma alusão a FIVE (5ª marca do grupo) e FEVER (febre em inglês), nasceu em dezembro de 2015 como uma marca urbana, cool e despretensiosa voltada para o público jovem. O caminho que traça inclui o envolvimento de suas consumidoras na construção da marca, buscando sempre inovar, acompanhando o ritmo dessa geração. O ícone é o tênis white sole que traduz a essência da marca: prática, cool e versátil.

OWME

A OWME – que significa “own me”, dona do próprio caminho – foi criada após um ano de estudos e de pesquisas qualitativas e quantitativas com consumidoras de diferentes faixas etárias. Com estilo atemporal, a OWME busca atender uma crescente demanda das consumidoras por sapatos confortáveis e bonitos para todas as ocasiões.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO - 2017

Resumo do Resultado	4T17	4T16	Δ	2017	2016	Δ
			17 x 16			17 x 16
Receita Líquida	363.601	338.870	7,3%	1.360.474	1.239.110	9,8%
Lucro Bruto	169.554	153.231	10,7%	623.768	549.291	13,6%
Margem bruta	46,6%	45,2%	1,4 p.p.	45,8%	44,3%	1,5 p.p.
EBITDA	54.482	53.915	1,1%	206.265	177.141	16,4%
Margem EBITDA¹	15,0%	15,9%	-0,9 p.p.	15,2%	14,3%	0,9 p.p.
Lucro líquido	55.344	35.817	54,5%	154.470	116.149	33,0%
Margem líquida	15,2%	10,6%	4,6 p.p.	11,4%	9,4%	2,0 p.p.

Indicadores Operacionais	4T17	4T16	Δ	2017	2016	Δ
			17 x 16			17 x 16
Número de pares vendidos ('000)	3.653	3.244	12,6%	12.132	11.331	7,1%
Número de bolsas vendidas ('000)	358	346	3,4%	1.257	1.098	14,4%
Número de funcionários	2.405	2.233	7,7%	2.405	2.233	7,7%
Número de lojas*	737	650	87	737	650	87
Próprias	119	85	34	119	85	34
Franquias	618	565	53	618	565	53
Outsourcing (% da produção total)	93,0%	91,0%	2,0 p.p.	90,9%	90,0%	0,9 p.p.
SSS sell-in (franquias)	1,2%	17,9%	-16,7 p.p.	5,0%	4,3%	0,7 p.p.
SSS sell-out (lojas próprias + web + franquias)	2,8%	8,6%	-5,8 p.p.	3,9%	4,1%	-0,2 p.p.

*Incluem lojas no exterior

(1) EBITDA – Lucro Antes do Resultado Financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

(2) SSS (vendas nas mesmas lojas): as lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell-out, e em vendas brutas para sell-in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. A partir do 4T16 a companhia passou a reportar o SSS sell-in líquido de descontos. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, impactando a área de vendas em mais de 15%, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell-in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS sell-in, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada loja franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS sell-out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de lojas próprias e vendas de sell-out de franquias. Os números de sell-out de franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros. A partir do 1T14, a Companhia passou a também reportar o SSS de sell-out incluindo as vendas do canal online.

Recceita Bruta	4T17	Part%	4T16	Part%	Δ (%)	2017	Part%	2016	Part%	Δ (%)
					17 x 16					17 x 16
Recceita bruta total	448.185		419.610		6,8%	1.678.873		1.554.147		8,0%
 Mercado externo	40.787	9,1%	37.832	9,0%	7,8%	154.465	9,2%	152.139	9,8%	1,5%
 Mercado interno	407.398	90,9%	381.778	91,0%	6,7%	1.524.408	90,8%	1.402.008	90,2%	8,7%
Por marca										
<i>Arezzo</i>	236.589	58,1%	218.755	57,3%	8,2%	873.839	57,3%	803.779	57,3%	8,7%
<i>Schutz</i>	107.474	26,4%	114.892	30,1%	(6,5%)	451.420	29,6%	457.648	32,6%	(1,4%)
<i>Anacapri</i>	50.125	12,3%	39.756	10,4%	26,1%	157.259	10,3%	119.357	8,5%	31,8%
<i>Outros²</i>	13.210	3,2%	8.375	2,2%	57,7%	41.890	2,7%	21.224	1,5%	97,4%
Por canal										
<i>Franquias</i>	210.265	51,6%	195.299	51,2%	7,7%	748.055	49,1%	686.334	49,0%	9,0%
<i>Multimarcas</i>	67.431	16,6%	60.831	15,9%	10,8%	343.749	22,5%	303.661	21,7%	13,2%
<i>Lojas próprias</i>	91.475	22,5%	94.376	24,7%	(3,1%)	298.692	19,6%	301.315	21,5%	(0,9%)
<i>Web Commerce</i>	35.853	8,8%	30.607	8,0%	17,1%	128.973	8,5%	108.080	7,7%	19,3%
<i>Outros³</i>	2.374	0,6%	665	0,2%	257,0%	4.939	0,3%	2.618	0,2%	88,7%

(1) Inclui as marcas A. Birman e Fiever apenas no mercado interno e outras receitas não específicas das marcas.

(2) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

MARCAS

O quarto trimestre possui a maior representatividade de sell-out para as marcas, devido ao Natal, data comemorativa mais importante para o varejo. Outubro é o mês em que acontece o período de promoção dentro da estação, abrindo espaço para entrada da nova coleção de Alto Verão, e teve uma performance em same-store-sale (SSS) mais desafiadora dado a estratégia da Companhia de ter o foco no sell-out, visando um aumento do giro das coleções, diminuindo os descontos e percentual de vendas com mark-down, mas em contrapartida elevando o percentual de produtos vendidos a preço cheio, e consequentemente melhorando a margem bruta das lojas.

Com a consolidação da data comemorativa Black-Friday pelas consumidoras e com a entrada da coleção de Alto Verão nas lojas o mês de Novembro apresentou aceleração no nível de vendas. Fechando o trimestre tivemos no mês de Dezembro uma performance de vendas muito positiva, com aceleração no conceito venda nas mesmas lojas (SSS), fruto de uma coleção bem assertiva aliada a uma excelência na execução da estratégia de marketing e no visual-merchandising das lojas.

A marca Arezzo alcançou R\$ 236,6 milhões de receita bruta no 4T17, crescimento de 8,2% em relação ao 4T16, representando 58,1% das vendas domésticas. No início do trimestre, em Outubro, a marca apoiou a luta contra o câncer de mama e realizou ação focada no Outubro Rosa em que parte das vendas de produtos foi revertida para a ONG Américas Amigas. O mês também foi marcado pela Hot Summer Week, período promocional com 2 semanas de duração e com alto fluxo nas lojas.

O mês de Novembro foi marcado pelo lançamento de Alto Verão nas lojas e através de ações de conteúdo e de um plano de mídia efetivo geramos mais de 18 milhões de impactos junto às consumidoras. No mês também tivemos a Black Friday onde superamos em 21% a meta de vendas estabelecida para o período. Em Dezembro, das ações da Arezzo focadas no Natal vale destacar (i) Ação Compre e Ganhe, na qual as clientes que comprassem um ticket superior a R\$ 700 ganhavam uma sapatilha, gerando aumento de 45% no volume de tickets acima de R\$ 700 e (ii) Ações de CRM direcionadas às 14 mil melhores clientes da marca, alcançando 66% de conversão em vendas e representando 4% do Sell-out total do período de natal.

Por fim, o faturamento de Franquias e Multimarcas da marca (“sell-in”) apresentou crescimento de 4,0% e 38,4% respectivamente ante o mesmo período de 2016. Tal diferença na performance dos canais relaciona-se a uma base de comparação distinta no 4T16 (crescimento do canal de Franquias de 19% vs uma queda de 9% no canal Multimarcas). Já o web-commerce da marca Arezzo continuou sua consolidação como importante canal, com crescimento de 34,2% no trimestre, representando 7,2% das vendas, ante 5,8% no 4T16. Adicionalmente, vale destacar a performance de bolsas, que aumentou sua representatividade no sell-out das lojas físicas em 110 bps ante o 4T16, para 20,3%.

A marca Schutz, em termos consolidados - incluindo os mercados interno e externo, manteve patamar de faturamento similar ao ano de 2017 (-0,2% em relação a 2016). A marca representou 26,4% no faturamento do mercado interno da Companhia, somando R\$ 107,5 milhões de receita bruta no 4T17 - queda de 6,5% em comparação com o 4T16. Seguindo a estratégia de aumentar sua participação no sell-out, a categoria de bolsas continuou sendo um destaque positivo no trimestre, representando 23,9% do sell-out das lojas físicas. O canal de Franquias, por sua vez, cresceu 9,6% no 4T17 e incluiu a abertura líquida de 6 lojas nos últimos 12 meses, passando a representar 21,2% das vendas no mercado local. No mercado externo, o faturamento cresceu 4,4% em reais no 4T17 ante 4T16, com destaque positivo para operação dos Estados Unidos - frente importante para o desenvolvimento internacional da marca, que obteve crescimento de 33,5% no país vs o 4T16. O lançamento da coleção de Alto Verão da Schutz ocorreu na primeira semana de Novembro com grande foco em ações de CRM, bem como a presença de influenciadoras digitais nas lojas de todo o Brasil. A partir desse período foi possível identificar significativa melhora na assertividade de nossa coleção, com reflexo positivo em SSS de Sell-out. Vale também destacar que durante a primeira semana de Dezembro tivemos a reformulação em carrossel piloto da flagship store do Shopping Iguatemi SP.

O novo conceito piloto de loja da Schutz trouxe uma experiência de compra diferenciada para as clientes através do (i) uso de tecnologias (como smart-mirror com leitor de RFID, TV touch com integração com o canal online e holograma de produtos de coleções futuras), (ii) elaboração de novo projeto arquitetônico com conceito mais acolhedor e (iii) mix de produtos revisado e com uma coleção exclusiva. Tais ações tiveram um impacto positivo no same store sale(SSS) da loja superior à 20% durante o mês de Dezembro. Entre os próximos passos do projeto estão o roll-out do conceito para as demais lojas próprias (Brasil e Estados Unidos) e adaptação do mesmo para posterior adoção pela rede de fraqueados.

A marca Anacapri continua seu processo de forte expansão, atingindo receita de R\$ 50,1 milhões no 4T17, com crescimento de 26,1% sobre o 4T16, encerrando o trimestre com 12,3% de representatividade no faturamento no mercado interno da companhia ante 10,4% no 4T16. O canal de Franquias obteve forte crescimento, fruto da abertura de 25 lojas no trimestre e, principalmente, do aumento de SSS – resultado de um mix de produtos cada vez mais assertivo e aumento da relevância da marca no mercado. Além disso, o canal de Multimarcas também foi destaque, com consequente aumento de share of wallet dos clientes da marca.

Entre as principais realizações do trimestre destacam-se o “Dia Oficial sem Salto”, em comemoração aos seus 9 anos, além de ações de engajamento no Natal para impulsionar às vendas, com foco em aumento do ticket médio e números de pares vendidos por ticket, além das embalagens exclusivas e diferenciadas para presente.

A marca Alexandre Birman apresentou um crescimento expressivo no trimestre de 42,5% vs 4T16 e forte incremento de SSS, representando 23,7% do faturamento do Mercado Externo. Em outubro a marca recebeu o prêmio “FFANY Designer of the Year” promovido pela Fashion Footwear Association of New York, sendo a primeira marca brasileira a receber o prêmio. Seguindo a estratégia de consolidação de sua presença nas lojas de departamento internacionais, os produtos da marca passaram a ser vendidos na renomada Harrods em Londres. No Natal, a marca Alexandre Birman desenvolveu uma coleção especial em parceria com a Swarovski, em que a marca de cristais patrocinou o visual merchandising das 4 lojas Alexandre Birman em território nacional.

A marca Fiever, em continuidade com o fortalecimento da sua presença no mercado, obteve crescimento de receita de 14,2% no 4T17 ante o 4T16, com destaque para o canal de Lojas Próprias. No trimestre, a marca realizou ações de customização em suas lojas e também lançou o seu novo modelo de tênis (“RIVER”) com ambientação de loja diferenciada unindo tecnologia e vídeos nas vitrines. Além disso, na semana da Black Friday, a marca promoveu uma estratégia de descontos que contou com um produto diferente a cada dia da semana, superando em 26% a meta estabelecida para o período.

CANALS

MONOMARCA – FRANQUIAS, LOJAS PRÓPRIAS E WEB COMMERCE

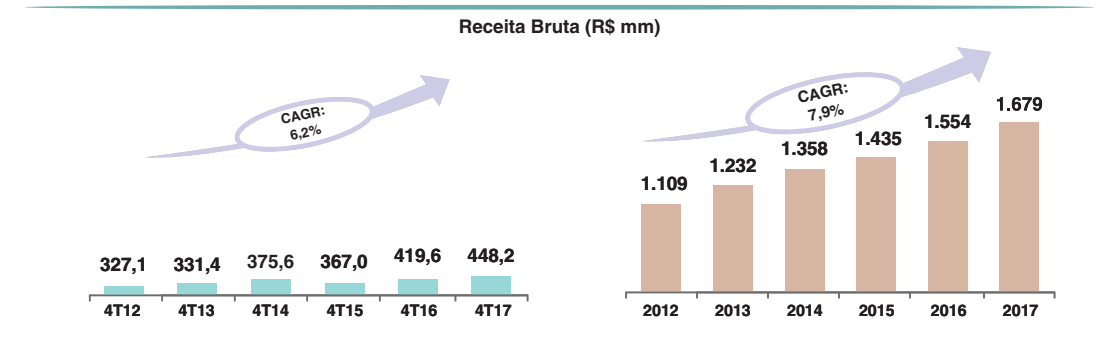
Refletindo a estratégia da Companhia de fortalecimento das lojas monomarca, a rede de PDVs Arezzo&Co (Lojas Próprias + Franquias + Web Commerce) apresentou um crescimento de 5,5% nas vendas do sell-out

Continuação →

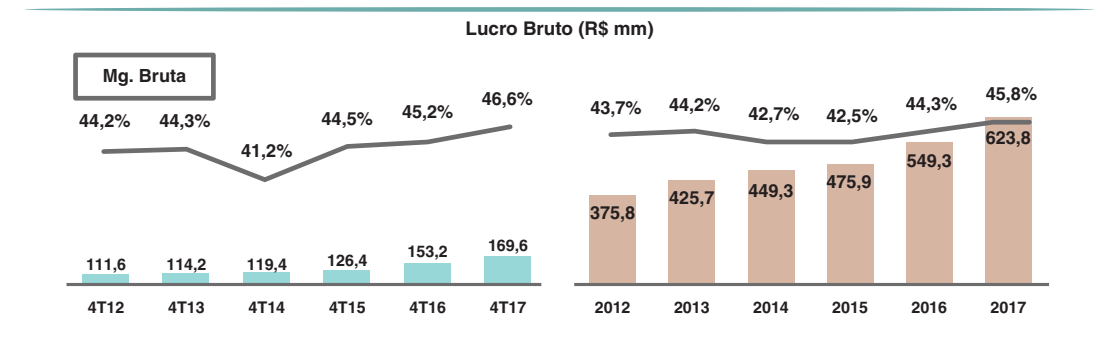
Principais indicadores financeiro	4T17		4T16		Δ (%)		2017		2016		Δ (%)	
	4T17	4T16	4T17	4T16	17 x 16	2017	2016	17 x 16	2017	2016	17 x 16	2017
Receita Bruta	448.185	419.610			6,8%	1.678.873	1.554.147			8,0%		
Receita Líquida	363.601	338.870			7,3%	1.360.474	1.239.110			9,8%		
CMV	(194.047)	(185.639)			4,5%	(736.706)	(689.819)			6,8%		
Lucro bruto	169.554	153.231			10,7%	623.768	549.291			13,6%		
Margem bruta	46,6%	45,2%			1,4 p.p	45,8%	44,3%			1,5 p.p		
SG&A	(125.074)	(105.849)			18,2%	(450.135)	(397.964)			13,1%		
%Receita	(34,4%)	(31,2%)			(3,2 p.p)	(33,1%)	(32,1%)			(1,0 p.p)		
Despesa comercial	(83.722)	(74.764)			12,0%	(309.776)	(284.292)			9,0%		
Lojas próprias e Web Commerce	(35.865)	(32.970)			8,8%	(126.997)	(122.407)			3,7%		
Venda, logística e suprimentos	(47.857)	(41.794)			14,5%	(182.779)	(161.885)			12,9%		
Despesas gerais e administrativas	(30.063)	(23.971)			25,4%	(105.623)	(85.447)			23,6%		
Outras (despesas) e receitas	(1.287)	(581)			121,5%	(2.104)	(2.411)			(12,7%)		
Depreciação e amortização	(10.002)	(6.533)			53,1%	(32.632)	(25.815)			26,4%		
EBITDA	54.482	53.915			1,1%	206.265	177.141			16,4%		
Margem EBITDA	15,0%	15,9%			(0,9 p.p)	15,2%	14,3%			0,9 p.p		
Lucro líquido*	55.344	35.817			54,5%	154.470	116.149			33,0%		
Margem líquida	15,2%	10,6%			4,6 p.p	11,4%	9,4%			2,0 p.p		
Capital de giro² - % da receita	25,2%	27,5%			(2,3 p.p)	23,5%	27,5%			(4,0 p.p)		
Capital empregado³ - % da receita	38,9%	42,3%			(3,4 p.p)	38,8%	42,3%			(3,5 p.p)		
Dívida total	181.745	106.049			71,4%	93.221	106.049			(12,1%)		
Dívida líquida⁴	(156.175)	(136.795)			14,2%	(125.033)	(136.795)			(8,6%)		
Dívida líquida/EBITDA	-0,8x	-0,8x			-	-0,6x	-0,8x			-		

(1) No 4T17 a companhia obteve liminar que prevê a exclusão do recolhimento de IR e CSLL sobre o benefício fiscal relativo ao ICMS, benefício adquirido através da operacionalização do centro de distribuição no Espírito Santo. O ganho totalizou R\$ 21,9 milhões no trimestre, valor referente à isenção no pagamento de impostos no período corrente, bem como a reversão dos impostos já recolhidos durante o ano de 2017.
(2) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
(3) Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo, descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.
(4) Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período, subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

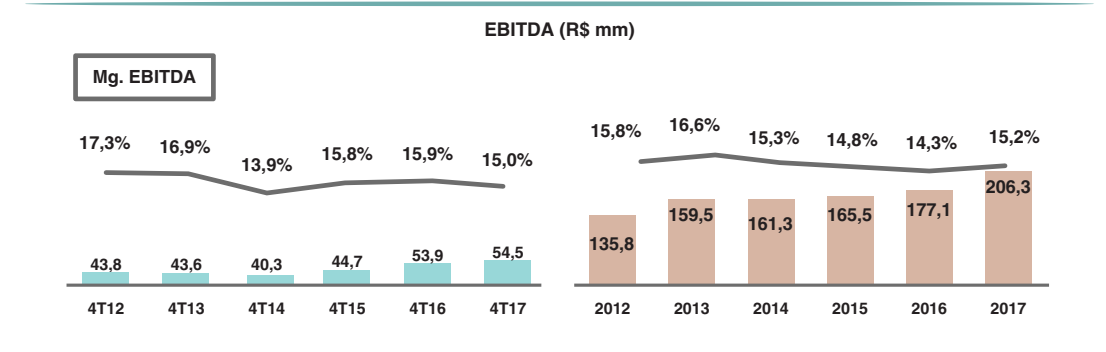
RECEITA BRUTA
A receita bruta da Companhia atingiu R\$ 448,2 milhões neste trimestre, crescimento de 6,8% em relação ao 4T16. Dentre os principais fatores que resultaram nesse crescimento, destacam-se:
i) crescimento de 17,1% do canal Web Commerce, alcançando 8,8% da receita líquida do mercado interno ante 8,0% no 4T16, com destaque para as marcas Anacapri e Arezzo;
ii) crescimento de 31,1% da receita da operação dos Estados Unidos vs o 4T16;
iii) crescimento de 7,7% do canal de Franquias vs o 4T16.



LUCRO BRUTO
O lucro bruto do 4T17 totalizou R\$ 169,6 milhões, crescimento de 10,7% ante 4T16, com expansão de 140 bps na margem bruta, que alcançou 46,6% no 4T17. Dentre os principais fatores, destacam-se:
(i) impacto positivo de 80 bps devido a melhora de margem bruta no mercado externo.
(ii) impacto positivo de 40 bps devido a melhora de margem bruta nos canais de sell-out (Lojas Próprias e Web Commerce), fruto da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no canal.
(iii) impacto positivo de 20bps devido à maior participação do canal Web Commerce, que representou 8,8% do faturamento bruto da Companhia no mercado interno, ante 8,0% no 4T16.

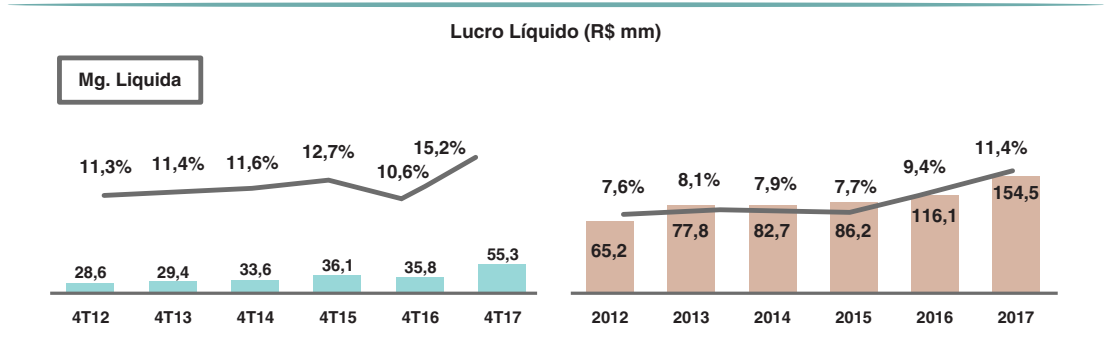


DESPESAS OPERACIONAIS
A Companhia trabalha fortemente para controlar os níveis de despesas e adequá-las à evolução de suas vendas. No 4T17, as despesas foram impactadas pelos seguintes fatores: (i) provisão adicional para pagamento de participação nos resultados ("PPR"), em vista da superação das metas do período, (ii) despesas relacionadas aos projetos estratégicos da companhia e (iii) reforço da estrutura organizacional.
DESPESAS COMERCIAIS
No 4T17, houve uma expansão de 12,0% das despesas comerciais quando comparadas ao 4T16, alcançando R\$ 83,7 milhões. Vale ressaltar que as despesas comerciais incluem despesas de Lojas Próprias e Web Commerce, que somaram R\$ 35,9 milhões, aumento de 8,8% em relação ao 4T16. As despesas de Vendas, Logística e Suprimentos cresceram 14,5% no trimestre, incremento de R\$ 6,1 milhões frente ao 4T16. Excluindo os gastos incrementais com (i) provisão adicional para pagamento de PPR, (ii) gastos relacionados aos projetos da área de estratégia e inovação, como a antecipação do lançamento da 6ª marca para o 1T17 e expansão internacional mais acelerada da marca Alexandre Birman - o incremento de despesas seria de 2,3%, abaixo do crescimento de 8,3% das vendas dos canais de sell-in (Multimarcas, Franquias e Exportação).
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
No 4T17, as despesas gerais e administrativas cresceram 25,4%, incremento de R\$ 6,1 milhões frente ao 4T16, com destaque para:
(i) o reforço da estrutura de pessoal e de governança da companhia, na ordem de R\$ 2,1 milhões,
(ii) a operação dos Estados Unidos, na ordem de R\$ 1,6 milhões,
(iii) aos projetos estratégicos da companhia mencionados acima, na ordem de R\$ 0,9 milhão.
EBITDA e margem EBITDA
A Companhia atingiu EBITDA de R\$ 54,5 milhões no 4T17, o que representa uma margem de 15,0% e um aumento de 1,1% em relação aos resultados apresentados no 4T16. Dentre os principais motivos, destacam-se:
• Crescimento de 7,3% na receita líquida ante o mesmo período do ano anterior;
• Expansão da margem bruta em 140bps, encerrando o 4T17 em 46,6%, parcialmente compensado pelo aumento de 18,2% nas despesas operacionais, conforme destacado anteriormente.
Excluindo a operação nos EUA, a margem EBITDA consolidada da Companhia aumentaria 160 bps no trimestre. No ano, a margem EBITDA avançou 90 bps para 15,2% (vs 14,3% em 2016).



Lucro líquido e margem líquida
A Companhia apresentou margem líquida de 15,2% no 4T17 e o lucro líquido do período somou R\$ 55,3 milhões, um crescimento de 54,5% ante o 4T16.
Vale destacar que no 4T17 a companhia obteve liminar que prevê a exclusão do recolhimento de IR e CSLL sobre o benefício fiscal relativo ao ICMS, benefício adquirido através da operacionalização do centro de distribuição no Espírito Santo. O ganho totalizou R\$ 21,9 milhões no trimestre, valor referente à isenção no pagamento de impostos no período corrente, bem como a reversão dos impostos já recolhidos durante o ano de 2017.
Reconciliação do EBITDA

	4T17	4T16	2017	2016
Lucro líquido	55.344	35.817	154.470	116.149
(-) Imposto de renda e contribuição social	13.558	(10.721)	(28.463)	(40.851)
(-) Resultado financeiro	(2.694)	(844)	9.300	5.674
(-) Depreciação e amortização	(10.002)	(6.533)	(32.632)	(25.815)
(=) EBITDA	54.482	53.915	206.265	177.141



GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL
A Arezzo&Co gerou R\$ 45,9 milhões de caixa operacional no 4T17, montante em linha ao apresentado no 4T16.
Em 2017, a geração de caixa operacional foi de 71% superior ao apresentado em 2016, fruto do foco da Companhia em gerir de forma mais eficiente seu capital de giro e continua melhora em contas a receber e fornecedores, bem como aumento do LAIR em 16,5%.

Geração de caixa operacional	4T17		4T16		Δ 17 x 16		2017		2016		Δ 17 x 16	
	4T17	4T16	(R\$)	(%)	2017	2016	(R\$)	(%)	2017	2016	(R\$)	(%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	41.786	46.538	(4.752)	(10,2%)	182.933	157.000	25.933	16,5%	32.632	25.815	6.817	26,4%
Depreciações e amortizações	10.002	6.533	3.469	53,1%	32.632	25.815	6.817	26,4%	32.632	25.815	6.817	26,4%
Outros	4.713	1.435	3.278	228,4%	442	(21.120)	21.562	n/a	442	(21.120)	21.562	n/a
Decréscimo (acréscimo) de ativos/passivos	7.001	8.506	(1.505)	(17,7%)	3.346	(23.444)	26.790	n/a	3.346	(23.444)	26.790	n/a
Contas a receber de clientes	(292)	15.903	(16.195)	n/a	(30.859)	(38.088)	7.229	(19,0%)	(292)	15.903	(16.195)	n/a
Estoque	3.729	12.897	(9.168)	(71,1%)	(6.065)	(5.020)	(1.045)	20,8%	3.729	12.897	(9.168)	(71,1%)
Fornecedores	(4.604)	(36.606)	32.002	(87,4%)	37.971	1.563	36.408	2.329,4%	(4.604)	(36.606)	32.002	(87,4%)
Variação de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	8.168	16.312	(8.144)	(49,9%)	2.299	18.101	(15.802)	(87,3%)	8.168	16.312	(8.144)	(49,9%)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(17.555)	(17.333)	(222)	1,3%	(45.466)	(36.542)	(8.924)	24,4%	(17.555)	(17.333)	(222)	1,3%
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	45.947	45.679	268	0,6%	173.887	101.709	72.178	71,0%	45.947	45.679	268	0,6%
INVESTIMENTOS - CAPEX												

Os investimentos da Companhia possuem três naturezas:
i) Investimento em expansão ou reforma de pontos de venda próprios;
ii) Investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritório; e
iii) Outros investimentos, principalmente relacionados à modernização da operação industrial.
No 4T17, a Arezzo&Co investiu R\$ 7,6 milhões em capex, com destaque para (i) migração de data center para ambiente "cloud", (ii) integração de sistemas de e-commerce, (iii) implantação de novo sistema operacional nas Lojas Próprias e (iv) ampliação e reforma de lojas.
Sumário de investimentos

	4T17	4T16	Δ 17 x 16	2017	2016	Δ 17 x 16
CAPEX total	7.602	4.283	77,5%	21.547	25.067	(14,0%)
Lojas - expansão e reformas	1.970	902	118,4%	7.423	6.702	10,7%
Corporativo	5.188	2.730	90,1%	11.151	11.066	0,8%
Outros	445	652	(31,8%)	2.973	7.299	(59,3%)

POSICÃO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO
A Companhia encerrou o 4T17 com caixa líquido de R\$ 156,2 milhões. No período, a política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:
• Endividamento total de R\$ 181,7 milhões no 4T17 ante R\$ 106,1 milhões no 4T16;
• Endividamento de longo prazo de 9,9% da dívida total no 4T17, ante 25,5% no 4T16;
• O custo médio ponderado da dívida total da Companhia no 4T17 se manteve em níveis reduzidos.
Cabe destacar que durante o 4T17 houve aprovação de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 21,9 milhões, que foram pagos em 05/01/2018.
Posição de caixa e endividamento

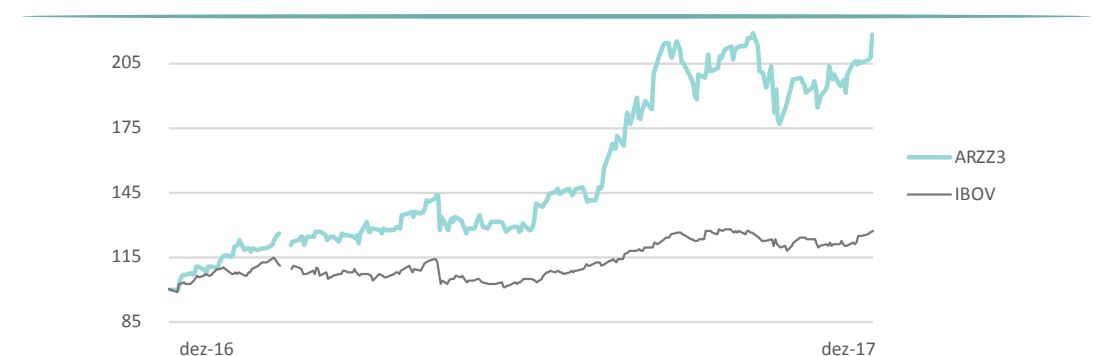
	4T17	3T17	4T16
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	337.920	218.254	242.844
Dívida total	181.745	93.221	106.049
Curto prazo	163.729	72.946	78.970
% dívida total	90,1%	78,3%	74,5%
Longo prazo	18.016	20.275	27.079
% dívida total	9,9%	21,7%	25,5%
Dívida líquida	(156.175)	(125.033)	(136.795)

ROIC (RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO)
O retorno sobre o capital investido (ROIC) novamente apresentou crescimento no 4T17, atingindo o patamar de 27,4%. Entre os fatores responsáveis pela melhora estão:
• Crescimento do NOPAT em 31,4% ante 4T16;
• Ações de melhoria de capital de giro, com foco na redução de estoques e fornecedores;
• Redução de ativo permanente, resultado da menor representatividade de lojas próprias no mix da Companhia.
Resultado operacional

	4T17	4T16	4T15	17 x 16
EBIT (LTM)	173.633	151.326	141.288	14,7%
+ IR e CS (LTM)	(28.463)	(40.851)	(44.894)	(30,3%)
NOPAT	145.170	110.475	96.394	31,4%
Capital de giro¹	342.283	340.528	327.005	0,5%
Ativo permanente	149.754	159.918	164.322	(6,4%)
Outros ativos de longo prazo²	33.375	32.596	25.138	2,4%
Capital empregado	525.412	533.042	516.465	(1,4%)
Média do capital empregado	529.227	524.754	516.465	0,9%
ROIC³	27,4%	21,1%	18,7%	48,8%

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
(2) Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.
(3) Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.
(4) ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio.

4. MERCADO DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
Em 28 de dezembro de 2017, a capitalização de mercado da Companhia era de R\$ 4,91 bilhões (cotação R\$ 54,70), crescimento de 118,28% quando comparado ao mesmo período de 2016.



Arezzo&Co
Ações emitidas: 89.765.882
Ticker: ARZZ3
Início de negócios: 2/2/2011
Cotação (28/12/2017): 54,70
Market Cap: 4.910.193.745
Desempenho
2011¹: 20%
2012²: 71%
2013³: (24%)
2014⁴: (9%)
2015⁵: (22%)
2016⁶: 27%
2017: 118%
(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011
(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012
(3) Período de 28/12/2012 até 30/12/2013
(4) Período de 30/12/2013 até 30/12/2014
(5) Período de 30/12/2014 até 30/12/2015
(6) Período de 04/01/2016 até 29/12/2016
(7) Período de 01/01/2017 até 28/12/2017
A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.
Pagamentos projetados:

Data de referência	Data de pagamento	Proventos	R\$	Valor bruto por ação ordinária (R\$)
2016	5/15/2017	Dividendos	R\$ 52.975.551,20	R\$ 0,596328
2017	7/28/2017	JCP	R\$ 21.539.993,13	R\$ 0,239957
2017	9/27/2017	Dividendos	R\$ 88.832.940,65	R\$ 0,989607
2017	1/5/2018	JCP	R\$ 20.920.347,16	R\$ 0,233119

(1) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.
Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezco.com.br.

5. PRINCIPAIS PREMIAÇÕES RECEBIDAS EM 2017		
Premio	Categoria	Marca
Premio Ecommerce Brasil	Categoria Experience	Arezzo
Premio Alshop	Excelência no Varejo Categoria Design	Arezzo
Premio Alshop	Destaque Programa Excelência no Varejo	Arezzo
Premio FFANY	Designer of the Year	Alexandre Birman

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES
Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram realizados pela Pricewaterhouse

Continuação →

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo circulante					
Caixa e bancos	5	4.262	81	10.156	5.020
Aplicações financeiras	6	298.951	198.310	327.764	237.824
Contas a receber de clientes	7	250.299	244.979	336.954	315.304
Estoques	8	36.267	39.559	113.489	110.478
Impostos a recuperar	9	36.850	15.352	51.127	22.562
Outros créditos	10	13.741	11.291	15.747	15.041
Total do ativo circulante		640.370	509.572	855.237	706.229
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	11.490	13.676	11.490	13.676
Partes relacionadas	12	18.236	40.998	-	-
Depósitos judiciais	20	12.556	10.361	19.117	14.733
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	8.408	5.551	11.533	8.405
Outros créditos	10	1.921	3.328	2.768	4.187
		52.611	73.914	44.908	41.001
Participações societárias	13	276.625	182.316	-	-
Propriedades para investimento	14	2.925	905	2.925	905
Imobilizado	13	21.561	21.961	67.636	73.052
Intangível	15	38.865	46.538	79.193	85.961
		339.976	251.720	149.754	159.918
		392.587	325.634	194.662	200.919
Total do ativo não circulante		1.032.957	835.206	1.049.899	907.148
Total do ativo		1.032.957	835.206	1.049.899	907.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)											
Nota explicativa	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
					Reserva para incentivos fiscais	Reserva para investimentos	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261.247	-	-	35.377	30.176	-	2.683	275.220	18.704	-	617.905
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.149	116.149
Diferença cambial sobre conversão de operação estrangeira	21.4	-	-	-	-	-	-	-	-	3.640	3.640
Aumento de capital	21.1	46.830	-	-	-	-	(46.830)	-	-	-	-
Outorga de opções de ações	21.2	-	-	4.177	-	-	-	-	-	-	4.177
Emissão de ações	21.1	1.931	-	-	-	-	-	-	-	-	1.931
Reserva legal	21.3	-	-	-	5.807	-	-	-	-	(5.807)	-
Destinação:											
Juros sobre capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	(44.142)	-	(44.142)
Dividendos pagos	22	-	-	-	-	-	-	(18.704)	-	-	(18.704)
Dividendos intercalares pagos	22	-	-	-	-	-	-	-	(11.257)	-	(11.257)
Dividendos propostos	22	-	-	-	-	-	-	52.975	(52.975)	-	-
Retenção de lucros	21.3	-	-	-	-	-	1.968	-	(1.968)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	310.008	-	39.554	35.983	-	2.683	230.358	52.975	-	(1.862)	669.699
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	154.470	-	154.470
Diferença cambial sobre conversão de operação estrangeira	21.4	-	-	-	-	-	-	-	-	953	953
Hedge de investimento líquido no exterior	21.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Plano de opções de ações e ações restritas	21.2	-	-	6.014	-	-	-	-	-	-	6.014
Emissão de ações	21.1	20.367	-	-	-	-	-	-	-	-	20.367
Ações em tesouraria	21.5	-	(1.199)	-	-	-	-	-	-	-	(1.199)
Reserva legal	21.3	-	-	-	7.724	-	-	-	(7.724)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21.3	-	-	-	-	64.658	-	-	(64.658)	-	-
Destinação:											
Juros sobre capital próprio	22.b	-	-	-	-	-	-	-	(42.460)	-	(42.460)
Dividendos pagos	22.a	-	-	-	-	-	-	(52.975)	-	-	(52.975)
Dividendos intercalares pagos	22.a	-	-	-	-	-	-	-	(36.832)	-	(36.832)
Dividendos propostos	22.a	-	-	-	-	-	-	2.796	(2.796)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		330.375	(1.199)	45.568	43.707	64.658	2.683	178.358	2.796	(1.986)	664.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)				
Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	24	1.070.438	1.017.116	1.360.474
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	(680.591)	(675.547)	(736.706)
Lucro bruto		389.847	341.569	623.768
Receitas (despesas) operacionais:				
Comerciais	26	(157.192)	(136.479)	(334.215)
Administrativas e gerais	26	(98.621)	(78.347)	(113.816)
Resultado de equivalência patrimonial	13	20.705	11.341	-
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(1.616)	(4.953)	(2.104)
		(236.724)	(208.438)	(450.135)
Lucro antes do resultado financeiro		153.123	133.131	173.633
Resultado financeiro	28			
Despesas financeiras		(9.707)	(13.672)	(19.783)
Receitas financeiras		26.575	32.589	30.041
Variações cambiais, líquidas		(2.100)	(6.102)	(958)
		14.768	12.815	9.300
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		167.891	145.946	182.933
Imposto de renda e contribuição social	11			
Corrente		(16.278)	(32.117)	(31.591)
Diferido		2.857	2.320	3.128
		154.470	116.149	154.470
Lucro líquido do exercício		154.470	116.149	154.470
Lucro básico por ação - R\$	23	1,7286	1,3082	1,7286
Lucro diluído por ação - R\$	23	1,7152	1,3001	1,7152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)				
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas	1.246.523	1.191.547	1.596.155	1.478.405
Insumos adquiridos de terceiros	(965.884)	(946.941)	(1.084.917)	(1.014.495)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(864.242)	(857.837)	(871.607)	(819.813)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(98.584)	(86.236)	(207.716)	(189.519)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(3.058)	(2.868)	(5.594)	(5.163)
Valor adicionado bruto	280.639	244.606	511.238	463.910
Depreciação e amortização	(19.188)	(18.391)	(32.632)	(25.815)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	261.451	226.215	478.606	438.095
Valor adicionado recebido em transferência	52.589	43.701	37.757	37.423
Resultado de equivalência patrimonial	20.705	11.341	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	27.486	33.137	33.847	35.658
Outras receitas(despesas)	4.398	(777)	3.910	1.765
Valor adicionado total a distribuir	314.040	269.916	516.363	475.518
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	109.131	88.406	178.682	155.023
- Salários, benefícios e FGTS	88.501	74.780	158.018	141.397
- Participação dos empregados no lucro	14.616	9.449	14.650	9.449
- Plano de opções de ações e ações restritas	6.014	4.177	6.014	4.177
Tributos	31.968	37.397	111.041	128.218
- Federais	66.017	67.776	106.167	111.560
- Estaduais	(34.275)	(30.487)	3.652	15.743
- Municipais	226	108	1.222	915
Remuneração de capitais de terceiros	18.471	27.964	72.170	76.128
- Juros	1.590	3.023	3.214	3.361
- Aluguéis	5.753	7.642	47.623	46.144
- Despesas financeiras, incluindo variação cambial passiva	11.128	17.299	21.333	26.623
Remuneração de capitais próprios	154.470	116.149	154.470	116.149
- Juros sobre o capital próprio	42.460	44.142	42.460	44.142
- Dividendos	39.628	64.232	39.628	64.232
- Reservas de lucros	72.382	7.775	72.382	7.775
Valor adicionado distribuído	314.040	269.916	516.363	475.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 - sala 402 cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 563 franquias no Brasil e 5 no exterior, 48 lojas próprias no Brasil e 2 lojas próprias no exterior; e um canal "webcommerce" destinado à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas nas cidades de São Paulo, Itupeva, São Roque, Cariacica, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasília, Alexânia, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Gramado, Belo Horizonte e Duque de Caxias, abrangendo todas as marcas do Grupo (Controladora e suas Controladas).

ZZASP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZASP")

A ZZASP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ZZEXP Comercial Exportadora S.A. ("ZZEXP")

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

ARZZ Internacional Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC e Schutz Cali.

ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCCP"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias

das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2016, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2018.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Continua →

Continuação →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladas	País-sede	Participação total - %			
		2017		2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ZZEXP Comercial Exportadora S.A.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00	-	100,00	-
ARZZ Co LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3. Moeda funcional
As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira
2.4.1 Transações e saldos
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.4.2 Empresas controladas
Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.5. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

I. Venda de produtos
A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

II. Receita de royalties
A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

III. Receita de juros
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques
Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:
I. Materiais primários: custo de aquisição segundo o custo médio.
II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8. Investimentos em controladas
Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.
A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

Vida útil média estimada	
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.
Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.
Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.
2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.
2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.
O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de

exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2017 e 2016 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.13. Provisões
2.13.1. Provisões gerais
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.13.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação
2.14.1. Impostos sobre vendas
Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (<i>Estados Unidos</i>)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

2.14.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes
Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.3. Impostos diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
 - sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
 - sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Outros benefícios a empregados
Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.16. Lucro por ação
A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB). A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros
2.18.1. Reconhecimento inicial e mensuração
Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros e passivos financeiros.

2.18.2. Mensuração subsequente
A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

I. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

As aplicações financeiras foram designadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. A Companhia não tem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e não tem passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

II. Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

III. Outros passivos financeiros
Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* e designa certos derivativos como: *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido) no exterior.

I. Hedge de investimento líquido no exterior
A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". Os valores acumulados no

patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.20. Informações por segmento
Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por cinco marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri e Fiever), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Arrendamentos mercantis
A Companhia possui contrato de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. Os contratos foram avaliados pela Companhia e classificados como arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Pagamento baseado em ações
2.22.1. Plano de opções de ações
A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com e a despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

2.22.2. Plano ações restritas
A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requirem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

3.2. Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

II. Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

III. Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

IV. Transações com pagamentos baseados em ações
A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

V. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017
A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

II. Pronunciamentos novos ou revisados, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: (i) classificação e mensuração, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para exceções de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu não ter impacto significativo sobre seu patrimônio líquido e resultado como parte da adoção dessa norma.
IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos de Clientes
A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência do controle de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia avaliou os efeitos do IFRS 15 e concluiu não ter impacto significativo em seu patrimônio líquido e resultado como parte da adoção dessa norma.
IFRS 16 - Arrendamento mercantil
A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Todas as empresas que arrendam grandes ativos para o uso em seus negócios poderão notar um aumento nos ativos e nos passivos reportados. Isso afetará uma grande variedade de ramos de atividade, desde companhias aéreas que arrendam aeronaves até varejistas que arrendam lojas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Renda fixa (a)	2.686	2.457	3.784	6.828
Fundo de Investimento Exclusivo				
CDB	16.821	15.826	18.394	18.665
Operações Compromissadas	7.961	16.152	8.706	19.050
Letras Financeiras (CF)	29.187	56.165	31.917	66.243
Letras Financeiras do Tesouro	242.296	107.710	264.963	127.038
Total das aplicações financeiras	298.951	198.310	327.764	237.824

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 99,68% do CDI (99,03% em 31 de dezembro de 2016). Os ativos são compostos em 78% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 90,55% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas - clientes nacionais	234.386	207.450	234.686	208.973
Duplicatas - clientes estrangeiros	11.558	22.974	43.194	53.485
Duplicatas - partes relacionadas (Nota 12.a)	18.655	29.837	-	-
Cheques	33	117	115	182
Cartões de crédito	-	-	73.338	68.109
	264.632	260.378	351.333	330.749

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	(2.843)	(1.723)	(2.889)	(1.769)
	261.789	258.655	348.444	328.980

Circulante	250.299	244.979	336.954	315.304
Não Circulante	11.490	13.676	11.490	13.676

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de "duplicatas - clientes nacionais".

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
USD	11.464	18.575	39.510	47.042
EUR	94	4.399	3.684	6.443
	11.558	22.974	43.194	53.485

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(1.723)	(2.241)	(1.769)	(2.287)
Adições	(9.375)	(3.154)	(9.375)	(3.154)
Realizações	8.255	3.672	8.255	3.672
Saldo no final do exercício	(2.843)	(1.723)	(2.889)	(1.769)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	257.554	249.608	344.255	319.673
Vencido até 30 dias	2.302	4.145	2.302	4.145
Vencido de 31 a 60 dias	1.034	3.071	1.034	3.075
Vencido de 61 a 90 dias	563	1.067	563	1.067
Vencido de 91 a 180 dias	1.738	1.047	1.738	1.157
Vencido de 181 a 360 dias	608	766	608	869
Vencido há mais de 360 dias	833	674	833	763
	264.632	260.378	351.333	330.749

O cenário econômico atual vem apresentando dificuldades financeiras para alguns clientes. Dado este contexto e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma provisão adicional de R\$ 9.375 (R\$ 3.154 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 3.018 (R\$ 9.124 em 31 de dezembro de 2016) referentes perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais. Assim a Administração entende que o saldo da provisão é suficiente para cobrir os riscos do contas a receber.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Matéria prima	5.815	5.910	18.209	14.598
Produtos em elaboração	-	-	3.913	3.977
Produtos acabados	30.051	31.682	90.444	89.941
Adiantamentos a fornecedores	3.355	4.196	4.471	4.693
(-) Provisão para perdas	(2.954)	(2.229)	(3.548)	(2.731)
	36.267	39.559	113.489	110.478

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(2.229)	(3.584)	(2.731)	(4.473)
(Adições) e Reversões	(1.787)	(992)	(3.054)	(1.494)
Recuperações/realizações	1.062	2.347	2.237	3.236
Saldo no final do exercício	(2.954)	(2.229)	(3.548)	(2.731)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a recuperar	5.103	3.920	11.210	6.083
ImpI a recuperar	-	-	1.571	1.167
Antecipação de IRPJ	23.348	8.148	24.905	9.099
Antecipação de CSLL	3.884	2.852	8.998	3.281
Outros	15	432	4.443	2.932
	36.850	15.352	51.127	22.562

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos ao fundo de propaganda (i)	7.892	7.253	7.893	7.253
Despesas antecipadas	3.133	4.574	3.029	5.009
Adiantamentos a fornecedores	1.845	1.138	2.209	2.060
Adiantamentos a empregados	946	663	1.514	1.147
Créditos junto a franqueados	623	689	623	689
Adiantamentos de viagens	90	302	137	2.707
Outros créditos a realizar	1.133	-	3.110	2.707
	15.662	14.619	18.515	19.228
Circulante	13.741	11.291	15.747	15.041
Não circulante	1.921	3.328	2.768	4.187

(i) Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo", "Rede de Franquias Schutz" e "Rede de Franquias Anacapri"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo", "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz" e "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos diferidos
O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Sobre diferenças temporárias	8.408	5.551	9.769	5.711
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	-	-	1.764	2.694
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	8.408	5.551	11.533	8.405

(i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo de abertura	5.551	3.231	8.405	6.285
Imposto diferido reconhecido no resultado	2.857	2.320	3.128	2.120
Saldo final	8.408	5.551	11.533	8.405

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	7.400	4.673	8.962	5.623
2019	504	439	2.067	1.391
2020	504	439	504	1.391
Total	8.408	5.551	11.533	8.405

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

	31/12/2017		31/12/2016		Transações	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora						
Empresas controladas						
ARZZ Co LLC	-	10.889	-	76.121	-	-
ARZZ International INC	-	7.347	-	-	86	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	18.394	-	1.346	-	177.713	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	7	-	-	4.029	-	90
ZZEXP Comercial Exportadora	254	-	-	-	-	170
Total Controladora	18.655	18.236	5.375	76.121	178.059	86.831
Consolidado						
Acionistas controladores	-	-	-	1.232	-	-
Total Consolidado	-	-	-	1.232	-	-

	31/12/2017		31/12/2016		Transações	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora						
Empresas controladas						
ARZZ Co LLC	-	7.239	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	33.759	-	-	19.881	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	28.877	-	-	225	159.261	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	960	-	1.022	-	1.207	114.523
ZZEXP Comercial Exportadora	-	-	-	-	42	-
Total Controladora	29.837	40.998	1.247	-	180.391	114.523
Consolidado						
Acionistas controladores	-	-	-	1.214	-	-
Total Consolidado	-	-	-	1.214	-	-

	31/12/2017		31/12/2016		Transações	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora						
Empresas controladas						
ARZZ Co LLC	-	7.239	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	33.759	-	-	19.881	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	28.877	-	-	225	159.261	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	960	-	1.022	-	1.207	114.523
ZZEXP Comercial Exportadora	-	-	-	-	42	-
Total Controladora	29.837	40.998	1.247	-	180.391	114.523
Consolidado						
Acionistas controladores	-	-	-	1.214	-	-
Total Consolidado	-	-	-	1.214	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). A partir de setembro de 2016 a ZZEXP (controlada) iniciou operação de compra da ZZSAP e venda para a ARZZ International Inc.

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 38 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 23 dias.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros e planos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração total relativa aos beneficiários da Administração da Companhia foi de R\$ 8.646 (R\$ 6.878 em 31 de dezembro de 2016), como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	5.304	5.302
Remuneração variável bônus	1.816	469
Plano de opções de ações e ações restritas (Nota 32)		

Continuação →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2015	3.459	36.679	50.591	90.729
Aquisições	192	4.001	6.007	10.200
Amortização	-	-	(14.003)	(14.003)
Baixas	-	(899)	(2)	(901)
Varição cambial	(7)	(57)	(64)	(128)
Saldos em 31/12/2016	3.644	39.781	42.536	85.961
Aquisições	406	2.338	7.109	9.853
Amortização	-	(2.515)	(14.123)	(16.638)
Baixas	-	(1)	17	(1)
Varição cambial	-	(1)	17	18
Saldos em 31/12/2017	4.051	39.603	35.539	79.193
Vida útil média estimada	Indefinida	Indefinida	5 anos	

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais localizados, cujo os contratos de locação preveem renovações de prazos altamente prováveis. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamento à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Em revisão periódica do Plano de Expansão, a Companhia revisou a vida útil indefinida de certos ativos intangíveis classificados em Direito de uso de lojas, passando a tratá-los como ativos de vida útil definida.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 20.176 na Controladora e no Consolidado (R\$ 19.374 em 31 de dezembro de 2016) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida
A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado					
	ACC	FINEP	Oper. 4131	Total	Capital de giro	Finame	ACC	FINEP	Oper. 4131	Total
Saldos em 31/12/2015	56.065	46.427	-	102.492	19.655	1.005	56.065	46.427	-	123.152
Captação	34.977	-	-	34.977	-	-	71.129	-	-	71.129
Pagamento parcelas	(71.236)	(9.607)	-	(80.843)	(358)	-	(71.236)	(9.607)	-	(81.201)
Pagamento juros	-	(1.744)	-	(1.744)	358	(216)	-	(1.744)	-	(1.602)
Provisão juros e variação cambial (resultado)	(4.127)	1.902	-	(2.225)	(125)	55	(4.149)	1.901	-	(2.318)
Varição cambial (resultado abrangente)	-	-	-	-	(3.111)	-	-	-	-	(3.111)
Saldos em 31/12/2016	15.679	36.978	-	52.657	16.419	844	51.809	36.977	-	106.049
Captação	-	-	97.500	97.500	-	-	62.920	-	97.500	160.420
Pagamento parcelas	(15.753)	(10.522)	-	(26.275)	(16.003)	-	(61.927)	(10.521)	-	(88.451)
Pagamento juros	-	(1.361)	-	(1.361)	(434)	(262)	-	(1.361)	-	(2.057)
Provisão juros e variação cambial (resultado)	74	1.361	708	2.143	18	41	2.579	1.361	708	4.707
Varição cambial (resultado abrangente)	-	-	1.077	1.077	-	-	-	-	1.077	1.077
Saldos em 31/12/2017	-	26.456	99.285	125.741	-	623	55.381	26.456	99.285	181.745

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	8.913	-	9.068
2019	8.592	8.592	8.709	8.709
2020	5.118	8.951	5.191	9.302
Após 2020	3.838	-	4.116	-
Total	17.548	26.456	18.016	27.079

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (covenants) relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário. Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2017 o valor destas operações era de R\$ 1.624 (R\$ 1.846 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R\$ 11.912 (R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2016).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. FORNECEDORES

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	34.813	14.048	48.049	29.170
Operação "Risco sacado" (a)	56.265	36.837	56.265	36.837
Partes relacionadas (Nota 12.a)	5.375	1.247	-	-
Fornecedores estrangeiros	102	437	102	438
Total	96.555	52.569	104.416	66.445

(a) A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	18.752	10.273	21.210	12.030
Provisão para férias e encargos	7.725	6.373	13.358	11.609
Total	26.477	16.646	34.568	23.639

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS sobre vendas	544	127	5.919	4.045
Imposto de renda retido na fonte	4.303	4.222	4.878	4.693
Encargos sociais a recolher	3.143	2.419	5.193	4.264
PIS e COFINS	2.378	2.005	4.534	4.508
IRPJ e CSLL	1.813	1.540	2.123	3.527
Outros impostos e encargos	1.813	1.540	2.034	1.824
Total	12.181	10.313	24.681	22.861

20. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cível	256	288	287	326
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Trabalhista	4.195	3.585	6.535	4.839
Total	6.126	5.548	8.866	7.209

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos impostos de 14,6% ao ano (equivalente a WACC de 10,0% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas - As receitas foram projetadas entre 2018 e 2022 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.
- O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Capital de giro (a)	-	-	-	16.419
FINAME (b)	-	-	623	844
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (c)	-	15.679	55.381	51.809
FINEP (d)	26.456	36.978	26.456	36.977
Empréstimos em moeda estrangeira - "operação 4.131" (e)	99.285	-	99.285	-
	125.741	52.657	181.745	106.049
Total	108.193	26.201	163.729	78.970
Circulante	17.548	26.456	18.016	27.079
Não circulante	-	-	-	-

Os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são: a) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano. Vencido em setembro de 2017; b) Finame: de 2,5% a 6% ao ano. Com vencimentos em 2014 até setembro de 2021; c) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2017 de 3,07% ao ano. São diversos contratos com vencimento final até outubro de 2018; d) FINEP: Taxa de 4% e 5,25% ao ano, limitado à TJLP. Com vencimentos em 2018 até setembro de 2021; e) Empréstimo em moeda estrangeira - "operação 4.131": Em 22 de dezembro de 2017 e 28 de dezembro de 2017 foram contratados junto ao Banco Itaú S.A. e Citibank N.A. empréstimos no valor de US\$ 30.000, equivalente a R\$ 97.500 que contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulado de 100% da Libor mais spread de 1,25% ao ano, com vencimentos em dezembro de 2018. Tais empréstimos foram designados como *hedge* com objetivo específico de proteger as oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros dos investimentos em controladas no exterior, conforme Nota 27.b. Os juros dos empréstimos serão pagos trimestralmente.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2015	240	1.675	2.311	4.226
Adições/atualizações	309	-	1.320	1.629
Reversões/pagamentos	(261)	-	(46)	(307)
Saldos em 31/12/2016	288	1.675	3.585	5.548
Adições/atualizações	11	-	1.756	1.767
Reversões/pagamentos	(43)	-	(1.146)	(1.189)
Saldos em 31/12/2017	256	1.675	4.195	6.126
Consolidado	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2015	240	2.044	3.310	5.594
Adições/atualizações	356	-	2.328	2.684
Reversões/pagamentos	(276)	-	(799)	(1.069)
Saldos em 31/12/2016	320	2.044	4.839	7.209
Adições/atualizações	50	-	3.156	3.206
Reversões/pagamentos	(89)	-	(1.460)	(1.549)
Saldos em 31/12/2017	287	2.044	6.535	8.866

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$ 63.219 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em R\$ 30.439, R\$ 28.574 e R\$ 4.206, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível.

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R\$ 8.704.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC), relativa aos períodos de fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível", no montante de R\$ 6.409.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos depósitos judiciais é de R\$ 12.556 na Controladora (R\$ 10.361 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 19.117 no Consolidado (R\$ 14.733 em 31 de dezembro de 2016).

21. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

21.1. Capital social

Em 29 de maio de 2017, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 20.367 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 930 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, nos termos dos Planos de Opções de Compra de Ações.

21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir: a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S.A. ("BRICS") foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação

Continuação →

	DIRETORIA		CONTADOR
	Alexandre Café Birman Diretor-Presidente	Daniel Levy Diretor Financeiro, Diretor Vice-Presidente Corporativo e Diretor de Relações com Investidores	Elaine Lucia Dos Anjos CRCMG 080900/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem as demonstrações financeiras consolidadas da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e da Arezzo Indústria e Comércio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

CONTEXTO

Nossa auditoria do exercício de 2017 foi planejada e executada levando em consideração que as operações da Companhia permaneceram substancialmente consistentes com as operações do ano anterior, até mesmo por quê, conforme mencionado no Relatório da Administração, a Companhia manteve sua estratégia de expansão da rede de lojas próprias e de franquias e de contínuo investimento no canal web-commerce como importantes vetores de crescimento das receitas. A Companhia também manteve seu foco na melhoria de geração de caixa operacional por meio de uma gestão mais eficiente do seu capital de giro, da contínua melhora dos saldos de contas a receber e de fornecedores e do aumento dos lucros antes dos tributos. Como consequência, em termos de escopo e principais assuntos de auditoria, nossa abordagem manteve-se substancialmente inalterada com foco contínuo nas análises das transações envolvendo receitas e custo das vendas e dos valores de realização dos saldos de fundos de comércio.

PORQUE É UM PAA

RECONHECIMENTO DE RECEITAS (NOTAS 2.5 E 24)

A Companhia e suas controladas vem expandindo continuamente sua rede de lojas próprias e de franquias e desenvolvendo o canal de vendas web-commerce, fatores que contribuem para um crescimento de suas receitas. Durante o exercício de 2017 a Companhia apresentou importante taxa de crescimento nesses canais. Adicionalmente, as receitas de vendas são compostas de um grande volume de transações com pequeno valor individual.

As normas contábeis requerem que as transações de vendas sejam reconhecidas no momento apropriado e pelos valores corretos.

Em função da complexidade inerente ao processo de faturamento, pelo grande volume de itens faturados, a relevância dos controles associados com o processo de faturamento e de monitoramento dos recebíveis, bem como representatividade das receitas no conjunto das demonstrações financeiras, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento dos controles considerados relevantes no processo de faturamento e de monitoramento dos recebíveis, incluindo os controles gerais do ambiente de tecnologia. Selecionamos transações de vendas dos diferentes canais, em base de amostras, para verificar a documentação comprobatória que suportavam os registros contábeis. Obtivemos confirmações diretamente dos clientes da Companhia sobre os saldos de contas a receber e, para aqueles casos em que diferenças foram encontradas ou que não recebemos as respostas, nós testamos os itens de conciliação da diferença e/ou verificamos documentação suporte da existência dos títulos a receber. Testamos a documentação relacionada à análise do corte de receita de vendas dos diferentes canais de venda na data do balanço.

Os resultados encontrados em função da aplicação do conjunto de procedimentos sobre o saldo de recebíveis na data do balanço e das receitas de vendas do exercício foram satisfatórios.

PORQUE É UM PAA

ADEQUAÇÃO DO CUSTEIO E EXISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DOS ESTOQUES (NOTAS 2.7 E 8)

A Companhia e suas controladas têm um modelo de negócio diferenciado operando um negócio multimarca e multicanal, no qual a equipe de pesquisa e desenvolvimento de produtos e a estrutura de suprimentos estão preparadas para disponibilizar diversas coleções ao longo do ano.

As normas contábeis requerem que os estoques reflitam na data do balanço a quantidade de itens existentes valorizadas pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustadas pelo valor estimado de realização, se esse for menor.

Esses aspectos, somados à grande quantidade de itens, a sazonalidade das coleções e um modelo de recebimento e fornecimento dos produtos englobando fábricas próprias e independentes torna o monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa que consideramos como relevante em nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento sobre os processos de monitoramento das quantidades de estoque e da metodologia e critérios utilizados pela administração para determinar os custos de aquisição e de produção. Também, selecionamos itens de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados para testes de valorização dos custos de aquisição e produção. Acompanhamos e testamos, em bases amostrais, as contagens dos estoques em diversas unidades e efetuamos testes de movimentação de entradas e saídas de estoque., das datas de inventário até a data do balanço. Adicionalmente, entendemos e testamos as premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para realização dos estoques, seja por ocasião da existência de itens obsoletos ou de margens negativas.

Os resultados encontrados em função da aplicação dos testes sobre a existência e os custos dos itens dos estoques, assim como sobre a metodologia, os dados e as premissas utilizadas na determinação das provisões para perdas mostraram-se razoáveis.

RECUPERABILIDADE DOS SALDOS DE FUNDO DE COMÉRCIO (NOTA 2.10, 2.11 E 15)

A Companhia e suas controladas têm por prática pagar por determinados pontos comerciais de forma a facilitar a instalação de suas lojas em locais considerados estratégicos. Esses ativos, classificados no intangível, quando se enquadram na modalidade de vida útil indeterminada, estão sujeitos a testes anuais quanto ao seu valor de recuperação (impairment).

As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objetos de testes de impairment, pela administração, no mínimo uma vez a cada 12 meses, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A administração realizou teste de impairment utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado e não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para valor não recuperável dessa categoria de ativos. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins desses testes do valor recuperável são realizadas individualmente, por unidade geradora de caixa (no caso, por loja) e levam em conta estimativas e premissas sensíveis que foram consideradas como relevantes em nossa auditoria. A utilização de diferentes premissas nas projeções de fluxo de caixa futuro, tais como: taxas de crescimento de receita, margens EBITDA e taxa de desconto, utilizados poderiam modificar significativamente as conclusões desses testes, assim essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Atualizamos nosso entendimento sobre a metodologia, as premissas significativas e os dados utilizados pela Companhia na realização do teste anual de impairment dos saldos de fundo de comércio. A abordagem de auditoria que utilizamos foi a de desenvolver, em base de testes, uma expectativa de valor recuperável de forma independente e comparar os valores recuperáveis estimados pela administração com as nossas próprias estimativas, por unidade geradora de caixa. Nesse contexto, utilizamos uma metodologia alternativa a qual consideramos ser também apropriada para essa categoria de intangível que foi a MPEEM (Multi-period Excess Earnings Method) e sensibilizamos as principais premissas utilizadas na análise preparada pela administração. Os resultados dos testes de impairment realizados pela administração na data do balanço mostraram-se razoáveis e as divulgações apresentadas nas notas explicativas mostraram-se consistentes com as análises da administração.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	Porto Alegre, 5 de março de 2018
	
pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Adriano Machado Contador CRC PR042584/O-7